



Índice

- 01** Polícia Federal apreende documentos de indígenas que estavam em poder de comerciantes
- 02** STJ nega pedido de produtores e mantém portaria que declarou terra indígena
- 03** Nota sobre suspensão de liminar da usina de São Manoel: governo federal promete mudanças, mas volta a atacar indígenas pelas costas
- 04** Grupo indígena Guarani Kaiowá mantém posse da terra Jatayvary em Mato Grosso do Sul
- 05** MPF/RJ move ação para que criança indígena conviva com o seu povo
- 06** Carta aberta da APIB sobre a vacância na presidência da FUNAI
- 07** Ausência de órgãos públicos em mesa de negociação dificulta a titulação de terras quilombolas no Oeste do Pará
- 08** Em nota organizações dizem que suspensão da liminar da usina de São Manoel é um ataque aos indígenas pelas costas
- 09** Prefeito de Palmas participa de reuniões em Brasília sobre Jogos Mundiais Indígenas
- 10** Professores e lideranças de etnias concluem o 4º módulo da Formação de Saberes Indígena na Escola
- 11** Voto Consciente é apresentado em Aldeia Indígena



- 12 Três das quadrigêmeas indígenas têm alta de UTI Neonatal em MS
- 13 Índios fazem Coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia de refém na aldeia e exigem a presença do Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde
- 14 Mulheres indígenas contam suas Histórias em livro
- 15 Projeto contemplado em edital de fomento à cultura negra tem exposição e oficina em Cuba
- 16 Dentista da Floresta leva saúde bucal à comunidades ribeirinhas do Amazonas
- 17 Inquérito investiga agressão a criança ferida em conflito com índios no AM
- 18 São Gabriel lidera em casos de suicídios de índios, segundo o Mapa da Violência
- 19 Índios do Tocantins buscam formação de viveiros em Brasília
- 20 Pataxó interditam BR 101 no sul da Bahia para cobrar promessa de Cardozo
- 21 Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – CIR lança livro dia 15/10
- 22 Defensoria pede suspensão de licenciamento de terminal portuário
- 23 Começa hoje na Terra Indígena Taunay/Ipegue o 3º Encontro de Jovens Terena
- 24 Após manifestação da APIB, Chefe da Procuradoria Federal Especializada na Funai é nomeado presidente interino
- 25 Aguilera comemora obras de infraestrutura na Reserva Indígena
- 26 Três das quadrigêmeas indígenas têm alta de UTI Neonatal em MS



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

-
- 27** Planetário do Espaço do Conhecimento estreia sessão inspirada em cosmovisão indígena
 - 28** Escola da aldeia indígena de Caarapó desenvolve 'Projeto de Trânsito'
 - 29** Governo equatoriano pede desculpas públicas a povo indígena por violações de seus direitos
 - 30** Reportagem "Transposição do São Francisco ameaça direitos indígenas" é finalista do prêmio Líbero Badaró
 - 31** O valor econômico e o ambiental das comunidades tradicionais



Polícia Federal apreende documentos de indígenas que estavam em poder de comerciantes

SÍTIO GUARA NOTÍCIAS, 09.10.2014

Os comerciantes de Manoel Ribas, no Centro Oeste do Paraná, retinham cartões de benefícios dos indígenas como forma de garantir que estes pagassem suas contas nos estabelecimentos. Em alguns casos, os comerciantes sacavam dinheiro de pessoas que já morreram.

A Polícia Federal (PF) cumpriu, na manhã de hoje, mandados de busca e apreensão de documentos que, segundo a justiça, caracterizam crimes contra indígenas no município de Manoel Ribas, Centro Oeste do Paraná. A ação denominada de Operação Pantera, há tempos investigava supermercados daquele município que, de acordo com o que foi apurado, retinham documento dos clientes indígenas, numa tentativa de obrigá-los a pagar seus débitos junto a estes estabelecimentos.

Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal de Guarapuava que também autorizou buscas em outros comércios além dos do município de Manoel Ribas. Segundo uma nota expedida pela PF, a maior parte das vítimas são moradores da Aldeia Ivaí.

A justiça apurou também, que além de garantir o pagamento das compras, os comerciantes roubavam dinheiro dos titulares dos cartões sociais. Em alguns casos, segundo a PF, o titular do cartão já havia morrido, mas os comerciantes continuavam fazendo os saques dos valores todos os meses na rede bancária ou nas casas lotéricas. Possíveis conivências de funcionários das instituições financeiras também serão apuradas.

Foram apreendidos 13 cartões em nome de indígenas (sendo nove do Programa Bolsa Família, dois do programa Caixa Fácil, além de dois de benefícios previdenciários), cópia de outros cartões de benefícios, comprovantes de pagamento/saque de benefícios previdenciários de indígenas, e, ainda, diversos documentos relacionados à venda (a prazo) de mercadorias a indígenas, tais como fichários contendo anotações de venda e notas promissórias.

Os proprietários dos estabelecimentos podem responder pelos crimes de apropriação indébita, estelionato em detrimento de instituições financeiras e INSS (estelionato previdenciário) e furto, previstos no Código Penal, além do crime de retenção de cartões de benefícios de idosos, previsto no Estatuto do Idoso.

Até o momento, ninguém foi preso, mas de acordo com a PF, as investigações vão prosseguir.



STJ nega pedido de produtores e mantém portaria que declarou terra indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 09.10.2014

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) manteve portaria do Ministério da Justiça que declarou a terra indígena Jatayvary, localizada em Mato Grosso do Sul, como de posse permanente dos índios guarani-kaiová. A decisão é da Primeira Seção do tribunal.

Os proprietários rurais entraram com mandado de segurança pedindo a anulação da portaria 499/11. Eles alegaram que ela seria nula, pois não se trata de ato de declaração, mas de confisco de suas propriedades localizadas na área. Segundo eles, essa expropriação estaria impedida em razão de uma decisão judicial obtida no TRF 3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região).

A terra indígena em questão é composta por aproximadamente 8.800 hectares no município de Ponta Porã.

Conforme o processo, os impetrantes de um dos mandados de segurança são proprietários de uma área correspondente a 2.500 hectares, dos quais aproximadamente 800 hectares estão dentro do perímetro delimitado pelos estudos da Funai (Fundação Municipal do Índio). Ocupam a área desde 1965, segundo dados cartorários.

O fazendeiros alegaram suspeição do perito responsável pelos laudos antropológicos e afirmaram que não houve intimação pessoal para participarem do processo de identificação e delimitação da área indígena.

De acordo com o STJ, os ministros reconheceram que a portaria foi um ato declaratório e não expropriatório, ou seja, a fase em que se encontra o processo é apenas de identificação e delimitação de terras, "não havendo qualquer violação ao direito de propriedade dos impetrantes", afirmou o relator Humberto Martins. As pessoas são retiradas de área indígena somente após a homologação da demarcação pelo presidente da República.



Nota sobre suspensão de liminar da usina de São Manoel: governo federal promete mudanças, mas volta a atacar indígenas pelas costas
SÍTIO CIMI, 09.10.2014

Excluídos ao ponto de quase inexistência do debate eleitoral do último período, os povos indígenas da Amazônia foram vítimas de mais um brutal atentado por parte do Judiciário, impelido pelo governo, ao verem negado, por meio de uma suspensão de liminar, seu direito à consulta sobre o empreendimento hidrelétrico de São Manoel, no rio Teles Pires, fronteira entre o Mato Grosso e o Pará.

Na última sexta-feira, 3, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), desembargador Candido Ribeiro, suspendeu a liminar da Justiça Federal do Mato Grosso que, em 13/09, paralisou o processo da usina pelo descumprimento da obrigação da consulta prévia, livre e informada aos indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Ibama já concedeu licença desinstalação ao empreendimento, autorizando o início das obras sem que os povos fossem consultados de maneira prévia.

Por cinco vezes, o projeto de São Manoel foi paralisado por desrespeitar as populações ameaçadas. Planejada a menos de um quilômetro dos limites da Terra Indígena Kayabi, a usina afetará as aldeias Munduruku do Teles Pires e causará impactos severos sobre populações Apiaká em isolamento voluntário.

“Juízo de primeira instância suspendendo licenciamentos, leilões ou audiências públicas, que interferem no cronograma estabelecido pelo Poder Público para o empreendimento UHE São Manoel, motivado pela discussão relativamente ao estudo do componente indígena, supostamente afetados pelo empreendimento UHE São Manoel, tem o condão de acarretar grave lesão à ordem e à economia públicas”: este é o único argumento apresentado pelo desembargador Ribeiro na peça dantesca que houve por bem apresentar como “decisão jurídica”.

Seguindo as premissas utilizadas pelo governo federal em todos os projetos do PAC com elementos letais à população e ao ambiente onde está inserida, Ribeiro sentencia que a “ordem e economia pública” tem absoluta primazia sobre a vida humana. Não importa lei, não importam acordos internacionais, não importa Constituição, não importa direitos humanos, sofrimento, degradação, morte, nada. Importa a economia e a garantia das benesses prometidas aos que compõem o consórcio da usina: Furnas e as multinacionais chinesa Three Gorges Corporation e portuguesa EDP.

O governo que, pressionado pelos Munduruku do Tapajós e obrigado por uma decisão do STJ, adotou discursos de mediação sobre a barragem de São Luiz do Tapajós, garantindo que realizaria a consulta prévia, revela no caso de São Manoel que sua intenção nunca foi respeitar os direitos dos povos indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Adota novamente a suspensão de liminar – recurso que permite ao Presidente do Tribunal suspender decisões judiciais pautadas na lei sem analisar o mérito e a partir de argumentos políticos e econômicos – para impor, covardemente, seus projetos vergonhosos na Amazônia. O uso deste recurso já motivou denúncia do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e no Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC) por movimentos indígenas e de direitos humanos do país.

Do Judiciário, conclamamos aos demais desembargadores do TRF-1 que reavaliem a decisão da Justiça Federal contra São Manuel e julgue seu MÉRITO. Quanto ao governo, se minimamente dá valor à palavra empenhada, que respeite o direito à consulta dos povos a serem afetados por São Manoel, como afirma que fará com os Munduruku, ameaçados pelos projetos hidrelétricos do Tapajós.

Estas ações são requisitos legal e moralmente não negociáveis, e devem ser seriamente considerados quando das campanhas de angariamento de votos.

Brasília, DF, 08 de outubro de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Amazon Watch

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Dom Pedro Casaldáliga, Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT)

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Greenpeace Brasil

Iepé- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

Instituto Gaia

Movimento de Mulheres Campesinas – MMC

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Movimento Xingu Vivo para Sempre

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil

Pontifícias Obras Missionárias – POM

Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación - UITA

Terra de Direitos



Grupo indígena Guarani Kaiowá mantém posse da terra Jatayvary em Mato Grosso do Sul

SÍTIO CIMI, 09.10.2014

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve o ato do ministro da Justiça que declarou a terra indígena denominada Jatayvary, localizada em Mato Grosso do Sul, como de posse permanente dos índios Guarani Kaiowa.

O colegiado não acolheu os pedidos dos proprietários rurais que, com a impetração de mandados de segurança, queriam a anulação da Portaria 499/11, assinada pelo ministro da Justiça, para ter de volta o domínio das terras.

A terra indígena em questão é composta por aproximadamente 8.800 hectares de área e 40 quilômetros de perímetro, no município de Ponta Porã.

Conforme os autos do processo, os impetrantes de um dos mandados de segurança são proprietários de uma área correspondente a 2.500 hectares, dos quais aproximadamente 800 hectares estão dentro do perímetro delimitado pelos estudos da Funai. Ocupam a área desde 1965, segundo dados cartorários.

Ato nulo

Os proprietários rurais alegaram que a Portaria 499 seria nula, pois não seria ato de declaração, mas de confisco de suas propriedades localizadas na área. Segundo eles, essa expropriação estaria impedida em razão de uma decisão judicial obtida no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Em um dos mandados de segurança, os proprietários também sustentaram que o laudo feito pela Funai seria parcial, pois a fundação estaria interessada nas terras. Levantaram ainda suspeição do perito responsável pelos laudos antropológicos e afirmaram que não houve intimação pessoal para participarem do processo de identificação e delimitação da área indígena.

De acordo com o ministro Humberto Martins, relator dos pedidos, não é possível considerar que a portaria tenha ignorado a decisão judicial, pois a decisão proibiu qualquer ato expropriatório do imóvel rural. Entretanto, Martins explicou que a fase de expropriação "apenas pode ocorrer com a emissão de decreto presidencial", conforme o artigo 5º do Decreto 1.775/96, e não com a portaria de declaração do ministro da Justiça.

Ato declaratório

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Os ministros reconheceram que a portaria foi um ato declaratório e não expropriatório, ou seja, a fase em que se encontra o processo é apenas de identificação e delimitação de terras, “não havendo qualquer violação ao direito de propriedade dos impetrantes”, afirmou Humberto Martins.

O relator disse que não houve violação do contraditório, pois os impetrantes puderam se manifestar durante o processo. Os ministros não acolheram a alegação de suspeição do perito antropólogo, pois ela não se enquadrava em nenhuma das hipóteses taxativas da Lei 9.784/99.

Ao debater a questão da titularidade das terras, se pertencentes aos proprietários rurais ou se de posse histórica dos índios, os ministros do STJ entenderam que seria necessária a análise das provas contidas nos autos, o que é “inviável em sede de mandado de segurança”, observou Humberto Martins.



MPF/RJ move ação para que criança indígena conviva com o seu povo
SÍTIO CIMI, 09.10.2014

O Ministério Público Federal em Volta Redonda (MPF/RJ) moveu ação civil pública para garantir a ida de uma criança indígena de três anos à Terra Indígena Andirá Marau, localizada no Amazonas, do povo sateré-mawé, junto de sua mãe biológica e de sua aldeia. A menina foi entregue por missionários e líderes da ONG Atini e da associação Jovens Com Uma Missão (Jocum) a um casal que vive em Volta Redonda, após ter sido separada de sua mãe biológica.

A ação, que tramita em segredo de justiça, relata que as instituições Jocum e Atini subtraíram a adolescente sateré-mawé da aldeia indígena onde vivia, invocando motivos humanitários, a pretexto de protegê-la. Após a subtração, a adolescente indígena foi submetida a uma peregrinação pelo país e deu à luz uma menina, de quem foi separada no quarto dia após o parto.

Para o MPF, a história da mãe indígena e de sua filha foi distorcida até parecer uma doação comum de uma criança vulnerável, com mãe incapaz, por um casal de classe média de Volta Redonda. Porém se trata "de mais um exemplo da atuação sistemática desses grupos missionários contra os povos indígenas e seus modos de vida, com o fim de fazer valer unilateralmente a concepção daqueles sobre a cultura indígena", alertam os procuradores da República Julio José Araujo Junior e Marcela Harumi Takahashi Pereira Biagioli, autores da ação. Mais do que uma discussão em torno dos direitos da mãe de ter consigo a filha, dizem os procuradores, o caso representa a violação de direitos do povo sateré-mawé, causada pelo casal e pelas entidades Jocum e Atini, sob a omissão da Funai.

A Jocum é uma missão internacional, fundada em 1960, com o nome Youth with a mission (YWAM), que iniciou seus trabalhos no Brasil em 1975. Já a Atini é uma organização não-governamental fundada em 2006 por missionários da Jocum que atuavam junto aos indígenas, com o alegado objetivo de erradicar o infanticídio nas comunidades indígenas. "Sob pretexto de uma atuação supostamente humanitária, os envolvidos promoveram uma desestruturação étnica de determinados povos e a violação da dignidade humana de indígenas, retirando-os de suas terras e do convívio com o seu grupo", alerta a ação.

Além de determinar a entrega da criança à terra indígena, após a elaboração de laudo antropológico, afastando-se a guarda provisória conferida ao casal que busca a sua adoção, o MPF requer ainda que seja declarada a responsabilidade civil da Jocum e da ONG Atini, além do casal que adotou a criança. Eles deverão pedir desculpas públicas ao povo indígena atingido e pagar uma indenização, solidariamente, no valor de R\$ 500 mil. Já a Funai deve ser condenada a acompanhar a criança durante o seu crescimento, fornecendo apoio psicológico e antropológico, bem como assegurar o relacionamento da menina com a sua família e a mãe biológica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Tels.: (21) 3971-9488/9460
www.prrj.mpf.mp.br



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Carta aberta da APIB sobre a vacância na presidência da FUNAI

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.10.2014

Sra. Dilma Rousseff
Presidenta da República

Sr. Aloizio Mercadante
Ministro Chefe da Casa Civil

Sr. José Eduardo Cardoso
Ministro da Justiça

Sra. Débora Duprat
Coordenadora de Coordenação e Revisão do MPF

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), considerando a atual situação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão indigenista oficial do Estado brasileiro que nos últimos tempos tem vivenciado período de perseguição por parte das forças anti-indígena e fragilidade política no âmbito do governo federal. Diante dos constantes ataques aos direitos historicamente conquistados pelos Povos Indígenas do Brasil urge fortalecer a estrutura estatal que tem por função precípua a defesa de nossos interesses. Neste momento, este órgão vinculado ao Ministério da Justiça que tem por missão institucional a proteção e promoção de nossos direitos e a função de coordenar a execução da política indigenista do Governo Federal encontra-se sem presidente.

Nossas comunidades, lideranças e organizações mantém com a fundação articulações concretas que tem por objetivo a demarcação dos territórios tradicionais, a defesa do meio ambiente e do modo de vida tradicional e a manutenção do bem viver dos povos indígenas; razão pela qual a vacância na gestão da instituição indigenista preocupa o movimento indígena e demonstra a não prioridade da política indigenista no âmbito do governo federal.

A ausência do presidente (a) inviabiliza as ações em execução, pois estas dependem intrinsecamente de atos coordenados pela Funai, do aparato estatal e da decisão de gestão governamental, e uma vacância duradoura inviabiliza as proposições em andamento, colocando em risco a continuação das atividades nas terras indígenas.

A título de exemplo, citamos as ações de gestão ambiental desenvolvidas pela Fundação Nacional do Índio norteadas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, tendo por objetivo garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

A APIB consigna ainda que está em andamento o processo de realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista, na qual estará em discussão o tema "A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas sob o paradigma da Constituição de 1988". Ocasão de reafirmação "das garantias reconhecidas aos povos indígenas no país" e a proposição de "diretrizes para a construção e consolidação da política indigenista nacional", tal qual reza o Decreto No. 141 de convocação da Conferência.

Aproveitando o ensejo, a APIB ressalta a gestão da ex-presidenta Sra. Maria Augusta Boulitreau Assirati, que foi marcada pelo diálogo com o movimento indígena, defesa dos direitos conquistados e fortalecimento da autonomia dos povos indígenas. Apregoamos que as futuras gestões devem ser orientadas por estes princípios, garantindo-se a participação dos povos indígenas.

Por fim, exigimos do Ministro da Justiça agilidade na nomeação imediata do cargo de Presidência da Fundação Nacional do Índio – Funai.

Brasília – DF, 09 de outubro de 2014.



Ausência de órgãos públicos em mesa de negociação dificulta a titulação de terras quilombolas no Oeste do Pará

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.10.2014

A realização das Mesas Quilombolas é obrigatória a todas às superintendências desde 24 de julho deste ano, quando INCRA publicou a portaria nº 397.

Terra de Direitos

Ocorreu nesta terça-feira (7) a II Mesa Quilombola de Santarém, para debater o processo de titulação dos territórios quilombolas de Santarém. O encontro deveria reunir os órgãos públicos com atribuições no processo de titulação, mas a ausência de representantes da Prefeitura de Santarém e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) prejudicou os encaminhamentos.

Por parte do poder público, estavam presentes representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, realizador da Mesa, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Ministério Público Federal – MPF. Das organizações da sociedade civil participaram integrantes da Terra de Direitos, Comissão Pastoral da Terra de Santarém e de Óbidos, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS, Malungu- Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará, e associações comunitárias.

Pedro Martins, assessor jurídico popular da Terra de Direitos que esteve na reunião, afirma a necessidade da atuação conjunta de órgãos governamentais para a concretização das titulações. Apesar da relevância das Mesas com instrumento de participação da sociedade civil, os encontros “sofrem grande risco de perder importância devido à ausência de órgãos públicos diretamente envolvidos em situações de conflitos”.

Exemplo disso é a postura da Prefeitura de Santarém. Apesar de planejar a reestruturação da cidade para a construção de grandes portos, que afetaram diretamente comunidades quilombolas, a Prefeitura não respondeu à convocatória do INCRA para a participação nas Mesas.

Para a regularização de territórios localizados em áreas de várzea, a SPU deveria participar das reuniões, no entanto, também não compareceu. A falta de diálogo por parte da SPU prejudica diretamente o andamento da titulação das comunidades de várzea Arapemã e Saracura. “É necessário que ela [SPU] esteja presente nas reuniões para que se defina qual a competência de cada um para que o processo ande”, Franciney Oliveira, presidente da FOQS.

Na avaliação do integrante da pastoral, a falta dos órgãos competentes torna as reuniões pouco resolutivas: “As coisas que estão sendo encaminhadas ficam na base de ofícios, de telefonemas e não têm uma definição. Se não avançar, a gente vem para várias reuniões,

CONT.



discutindo a mesma coisa, com os mesmos encaminhamentos e não tem retorno". Apesar das dificuldades, Josielson Costa, da CPT de Óbidos, aponta com ponto positivo a possibilidade das organizações e comunidades participarem e cobrarem o avanço dos processos que estão em andamento.

A realização das Mesas Quilombolas é obrigatória a todas às superintendências desde 24 de julho deste ano, quando INCRA publicou a portaria nº 397. A Portaria aponta como objetivo discutir a situação dos processos de regularização fundiária com parceiros e movimentos sociais, integrando as ações no âmbito do Governo Federal e dos Governos estaduais e municipais. Em Santarém, a primeira edição do evento foi em julho de 2014. A próxima reunião será dia 27 de janeiro de 2015.

Casos

A comunidade Erepecuru é um dos casos discutidos na I Mesa: o impasse começa em 1998, quando é firmado um acordo entre moradores, Incra e membros da sociedade civil determinando que o Instituto faria o georreferenciamento da área e a exclusão dos lotes de produtores rurais individuais. Nesta II Mesa, o Ministério Público Federal informou que ainda aguarda informações do processo administrativo do INCRA.

No caso da comunidade Arapucu, o MPF assumiu o compromisso de apurar o caso de servidores do INCRA que sofreram desacato por latifundiários, que tentam impedir a titulação do território. Josielson Costa, da CPT, relata que as tensões nas comunidades quilombolas estão aumentando, o que torna mais grave a omissão dos órgãos governamentais, entre eles a própria Polícia Federal. "Isso precisa melhorar muito, porque estamos falando de seres humanos, de garantir a dignidade das pessoas".

As comunidades de Tiningu e Pérola do Maicá receberam boas notícias nos avanços dos trabalhos de elaboração das peças do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), cuja publicação está prevista ainda para 2014. No caso da Pérola do Maicá, o processo de titulação da comunidade se arrasta desde no INCRA desde 2006. Após oito anos em trâmite, o processo no Instituto ainda está na primeira fase. Atualmente a população quilombola do Maicá está ameaçada de perder o território devido à construção de porto em Santarém.

Sobre o caso da junção entre os territórios de Moura e Jamari, o INCRA deu parecer indicando uma fragilidade na proposta, em decorrência do número de assinaturas do pedido, inferior a 10% da população total. Os territórios tradicionais da região têm sido fortemente ameaçados pela mineração.

A reunião também contou com a participação de lideranças indígenas da etnia Munduruku, que se prontificaram a colaborar no reconhecimento de seus territórios junto INCRA e FUNAI, tendo em vista casos de sobreposição de territórios indígenas e quilombolas na região do planalto Santareno.



Em nota organizações dizem que suspensão da liminar da usina de São Manoel é um ataque aos indígenas pelas costas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.10.2014

Em Amazônia

Organizações sociais e movimentos indígenas divulgaram uma nota pública em repúdio a suspensão da liminar que paralisava o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de São Manoel, até que fossem realizadas consultas aos povos indígenas potencialmente impactados pelas obras. O recuo foi considerado um "ataque pelas costas" aos indígenas.

Segundo a nota o projeto de São Manoel foi paralisado cinco vezes por desrespeitar as populações ameaçadas. "Planejada a menos de um quilômetro dos limites da Terra Indígena Kayabi, a usina afetará as aldeias Munduruku do Teles Pires e causará impactos severos sobre populações Apiaká em isolamento voluntário".

O responsável pela decisão foi o desembargador Candido Ribeiro a pedido da Advocacia Geral da União (AGU) que alegou que a paralisação iria interferir no cronograma estabelecido pelo Poder Público para o empreendimento, o que poderia causar "grave lesão à ordem e à economia públicas". Leia abaixo a nota na íntegra:

Governo Federal promete mudanças, mas volta a atacar indígenas pelas costas

Excluídos ao ponto de quase inexistência do debate eleitoral do último período, os povos indígenas da Amazônia foram vítimas de mais um brutal atentado por parte do Judiciário, impelido pelo governo, ao verem negado, por meio de uma suspensão de liminar, seu direito à consulta sobre o empreendimento hidrelétrico de São Manoel, no rio Teles Pires, fronteira entre o Mato Grosso e o Pará.

Na última sexta-feira, 3, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Desembargador Candido Ribeiro, suspendeu a liminar da Justiça Federal do Mato Grosso que, em 13/09, paralisou o processo da usina pelo descumprimento da obrigação da consulta prévia, livre e informada aos indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Ibama já concedeu Licença de Instalação ao empreendimento, autorizando o início das obras sem que os povos fossem consultados de maneira prévia.

Por cinco vezes, o projeto de São Manoel foi paralisado por desrespeitar as populações ameaçadas. Planejada a menos de um quilômetro dos limites da Terra Indígena Kayabi, a usina afetará as aldeias Munduruku do Teles Pires e causará impactos severos sobre populações Apiaká em isolamento voluntário.

"Juízo de Primeira Instância suspendendo licenciamentos, leilões ou audiências públicas, que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

interferem no cronograma estabelecido pelo Poder Público para o empreendimento UHE São Manoel, motivado pela discussão relativamente ao estudo do componente indígena, supostamente afetados pelo empreendimento UHE São Manoel, tem o condão de acarretar grave lesão à ordem e à economia públicas”: este é o único argumento apresentado pelo desembargador Ribeiro na peça dantesca que houve por bem apresentar como “decisão jurídica”.

Seguindo as premissas utilizadas pelo governo federal em todos os projetos do PAC com elementos letais à população e ao ambiente onde está inserida, Ribeiro sentencia que a “ordem e economia pública” tem absoluta primazia sobre a vida humana. Não importa lei, não importam acordos internacionais, não importa Constituição, não importa direitos humanos, sofrimento, degradação, morte, nada. Importa a economia e a garantia das benesses prometidas aos que compõem o consórcio da usina: Furnas e as multinacionais chinesa Three Gorges Corporation e portuguesa EDP.

O governo que, pressionado pelos Munduruku do Tapajós e obrigado por uma decisão do STJ, adotou discursos de mediação sobre a barragem de São Luiz do Tapajós, garantindo que realizaria a consulta prévia, revela no caso de São Manoel que sua intenção nunca foi respeitar os direitos dos povos indígenas.

Adota novamente a suspensão de liminar – recurso que permite ao Presidente do Tribunal suspender decisões judiciais pautadas na lei sem analisar o mérito e a partir de argumentos políticos e econômicos – para impor, covardemente, seus projetos vergonhosos na Amazônia. O uso deste recurso já motivou denúncia do Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e no Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC) por movimentos indígenas e de direitos humanos do país.

Do Judiciário, conclamamos aos demais desembargadores do TRF-1 que reavaliem a decisão da Justiça Federal contra São Manuel e julgue seu MÉRITO. Quanto ao governo, se minimamente dá valor à palavra empenhada, que respeite o direito à consulta dos povos a serem afetados por São Manoel, como afirma que fará com os Munduruku, ameaçados pelos projetos hidrelétricos do Tapajós.

Estas ações são requisitos legal e moralmente não negociáveis, e devem ser seriamente considerados quando das campanhas de angariamento de votos.

Brasília, DF, 08 de outubro de 2014.

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Amazon Watch

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Comissão Pastoral da Terra – CPT

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Conselho Indigenista Missionário – Cimi

Dom Pedro Casaldáliga, Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT)

Iepé- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

Instituto Gaia

Movimento de Mulheres Campesinas – MMC

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Movimento Xingu Vivo para Sempre

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Pontifícias Obras Missionárias – POM

Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación – UITA

Greenpeace

International Rivers – IR

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social

Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Formad

Fase



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Prefeito de Palmas participa de reuniões em Brasília sobre Jogos Mundiais Indígenas
SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 09.10.2014

Objetivo dos encontros foi acompanhar o andamento dos projetos

Da Redação



Amastha e ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira:
reunião foi realizada na quarta-feira

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha, participou de reunião na quarta-feira, 8, nos ministérios do Esporte e da Integração Nacional, em Brasília (DF), para acompanhar o andamento dos projetos para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas. O prefeito estava acompanhado do gestor da Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas (Seji), Hector Franco.

De acordo com o prefeito, a reunião de trabalho foi positiva. "Durante a reunião entre o governo federal, a equipe da prefeitura e o Comitê Intertribal, verificamos o andamento dos projetos e posso dizer que estou bastante empolgado. Queremos que os palmenses participem dos Jogos, descubram as riquezas do universo indígena e nos ajudem a realizar uma grande festa. Apresentamos o projeto dos barcos elétricos, para utilizarmos esse modal para integrar os locais de realização dos jogos pelo lago e vejo nesse Ministério o parceiro ideal para viabilizar isso", enfatizou Amastha.

Jogos Mundiais Indígenas

Os jogos serão realizados em Palmas de 18 a 27 de setembro de 2015 e devem reunir 2.500 atletas de 30 países, totalizando 22 etnias representadas. O evento é uma iniciativa conjunta entre a Prefeitura de Palmas, Ministério dos Esportes e Comitê Intertribal.

Professores e lideranças de etnias concluem o 4º módulo da Formação de Saberes Indígena na Escola

SÍTIO POR ONDE ANDA?, 09.10.2014



Lideranças de diversas etnias e professores indígenas da rede municipal de ensino participaram na tarde desta quarta-feira, 8, do encerramento do 4º Curso de Formação de Saberes Indígenas na Escola, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A atividade aconteceu na sede da Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério (DDPM) da secretaria e reuniu cerca 50 educadores de escolas indígenas e espaços culturais.

A proposta da ação é promover a formação continuada de professores indígenas no processo de alfabetização, respeitando suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem, bem como oferecer subsídios para a elaboração de material didático diferenciado, como determina a legislação brasileira da Educação Escolar Indígena.

Neste módulo foi trabalhado o tema “Produção Textual Indígena”. A atividade teve início na segunda-feira, 6. Durante o encontro, os professores retrataram suas respectivas etnias ou comunidades por meio de trabalhos e exposições.

No decorrer da qualificação foram confeccionados livros com histórias infantis indígenas no contexto cultural de cada etnia existente, com o objetivo de fazer o resgate da cultura dos respectivos indígenas. A gerente da Educação Indígena da Semed, Meire Lane de Oliveira, explicou o trabalho pedagógico realizado no curso que, ao todo, terá seis módulos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

“Este projeto iniciou este ano. Ele pode ser denominado como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) Indígena, porque também visa trabalhar a alfabetização, mas para o aluno indígena. Ele tem a finalidade de trazer ferramentas e metodologias para se trabalhar a alfabetização nas escolas e espaços indígenas. No decorrer do curso os educadores produziram pequenos livros voltados para alunos indígenas de 3 a 8 anos. O projeto é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)”, relatou a gerente.

Arnaldo Baré, professor da Escola Indígena Municipal Yayumbwewa Rendawa Maku Arú Waimi, antiga Escola Municipal Três Unidos, que participou desde o primeiro módulo, mencionou o que está achando da ação. “Este curso vem ampliar nossos horizontes, vem nos ajudar a valorizar, ainda mais, a nossa cultura, o nosso dialeto, nossos costumes, entre outros. Estou achando ótima a trocas de experiências e os novos conhecimentos que estou adquirindo”, destacou o professor.

A Ufam disponibiliza os profissionais que ministram o curso, material didático e alimentação aos participantes. A formadora do 4º módulo, Jonise Nunes Santos, enfatizou a importância da confecção dos livros que foram produzidos nesta etapa do curso.

“A ideia de produção de materiais, que é um dos objetivos desta formação, vem para efetivar o direito do ensino específico e diferenciado para alunos indígenas. Sem esse material didático direcionado para alunos indígenas fica um tanto difícil este estudante ter acesso à cultura e sua identidade, visto que todo conhecimento indígena é oral, ou seja, o aluno só vai conhecer se alguém contar ou se ele tiver um recurso didático. Portanto, este módulo é de extrema importância para revitalizar a língua indígena”, descreveu a formadora.

Os últimos módulos acontecerão nos meses de março e abril de 2015.

TEXTO: Emerson Felipe

FOTOS: Cleomir Santos

Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Educação (Semed): 92 3632-2054 / 8842-1188



Voto Consciente é apresentado em Aldeia Indígena

SÍTIO FOLHA MAX, 09.10.2014

Da Redação

Depois de abrir as portas para atender a centenas de crianças e adolescentes, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) expandiu o Programa Voto Consciente para fora de sua sede. O Programa foi criado em 2011, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, com objetivo de desenvolver formação crítica dos jovens e estimular a participação política e democrática no processo eleitoral. Este ano, o projeto ganhou um novo público. Ele foi apresentado na aldeia Diauarum, no Xingu, com orientações sobre cidadania, direitos do eleitor e distribuição de camisetas estimulando a conscientização na hora de escolher o candidato.

Após visitar a aldeia Diauarum em 2012, para confecção de títulos de eleitores para os indígenas, Pedro Paulo de Campos, servidor do TRE, teve a ideia de promover a conscientização dos eleitores das tribos no Xingu que iriam participar das eleições pela primeira vez aquele ano. A iniciativa foi colocada em prática neste pleito, de 2014, e deu tão certo que os membros da aldeia já pediram um novo mutirão para a realização de novos títulos e o aumento de eleitores para 2016. "Esse tipo de ação é muito importante, a conscientização do indígena de que o voto dele tem a mesma importância do que de qualquer outro cidadão do estado. Também explicamos que ele não precisa divulgar o candidato e nem obedecer ao cacique", explica Pedro Paulo que diz ainda que pretende levar o projeto para outras etnias nos próximos anos.

Na aldeia Diauarum, todos os 35 eleitores, entre homens e mulheres, votaram com a camiseta do voto consciente, disponibilizada pela Escola Judiciária do TRE. Renata Servilha Lima, chefe de cartório da 15ª ZE de São Félix do Araguaia, declarou que a eleição na aldeia aconteceu de forma democrática e sigilosa "A votação ocorreu dentro da normalidade aqui na aldeia. Em várias etnias, temos relatos de caciques que influenciam o voto, mas nossos mesários transcreveram em ata que foi tudo tranquilo. Todos votaram pela manhã, entraram sozinhos na cabine e não sofreram nenhum tipo de pressão. Meio dia já não tinha mais ninguém para votar aí esperamos até as cinco para encerrar o procedimento sem nenhum problema".

Votação na Aldeia

O deslocamento da equipe que participou do pleito eleitoral na aldeia Diauarum foi de avião, que levou até ao local os mesários, membros da Polícia Federal, servidores da Justiça Eleitoral e técnico de satélite. No local, trabalharam dois mesários de São Félix do Araguaia e dois mesários indígenas, que são professores na própria aldeia. A Funai de Canarana também participou de todo o procedimento. A votação na aldeia do Xingu é de responsabilidade da 15ª ZE de São Félix do Araguaia e abrange eleitores da etnia Kayabi – Maitare, Awasiu, Kuaywu, Awakatu, Juporajup e Ropti . Em Mato Grosso, o número de eleitores indígenas aptos a votarem é de 8.846 eleitores distribuídos em 32 locais de votação.



Três das quadrigêmeas indígenas têm alta de UTI Neonatal em MS

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 09.10.2014

Três das quadrigêmeas da indígena Denir Campos, que descobriu a gravidez de quatro bebês durante o parto em agosto, tiveram alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal da maternidade Cândido Mariano e do Hospital Regional (HR), em Campo Grande.

Elizabete, Elizângela e Elizete saíram da UTI há cerca de dez dias porque tiveram ganho de peso significativo e respiram sem ajuda de aparelhos. Apesar da melhora no estado de saúde, elas continuam internadas, agora em uma Unidade Intermediária (UI).

Conforme os médicos, ainda não há previsão de alta. A outra bebê, Eliza, permanece na UTI Neonatal da maternidade porque ainda não atingiu o peso de um quilo, uma das condições mínimas para ser retirada do tratamento intensivo.

A pediatra neonatal Louise Zangari, do HR, disse ao G1 que Elizabete ganhou 320 gramas durante o tempo em que ficou na UTI e atualmente pesa 1,490 kg.

A bebê prematura também passou por uma laserterapia nos olhos, para corrigir uma retinopatia da prematuridade, comum em prematuros. Ela permanece em uma incubadora para manter a temperatura do corpo.

Elizângela e Elizete, que nasceram com 1,050 quilo e 1,125 quilo, respectivamente, tiveram ganho de peso semelhante ao de Elizabete. A primeira, atualmente, está com 1,415 quilo e a segunda, com 1,495 quilo.

Expectativa

A evolução no quadro clínico das filhas deixou Denir Campos, 37 anos, e Odair Cândido, 32 anos, ainda mais ansiosos pela alta das meninas dos hospitais.

"De pouquinho em pouquinho elas estão ficando mais fortes e daqui a pouco já vão poder sair. Não vejo a hora de levar todas para casa", contou Denir ao G1.

O pai também espera pelo momento de reunir as caçulas com as outras quatro irmãs. "O dia em que elas saírem daqui [hospital] vai ser minha alegria completa. Vamos poder voltar para casa e cuidar de todas juntas", afirmou.

Enquanto isso não acontece, os pais tentam organizar a rotina para visitar as quatro bebês, em
CONT.



dois hospitais diferentes, quase que diariamente. Eles garantem que o contato com as filhas é tão intenso que as meninas abrem os olhos e sorriem quando estão perto deles. "Elas já reconhecem, sabem que somos nós aqui. É muito bom ver que elas abrem os olhinhos quando a gente fala com elas", confessou Denir.

Renda

A renda da família depende do serviço de Odair, que é diarista em uma fazenda, já que Denir é dona de casa e não trabalha. O casal mora em Anastácio, a 128 quilômetros de Campo Grande.

Eles acreditavam que a gravidez era de apenas dois bebês, conforme apontado pelo único exame de ultrassom feito no pré-natal. As meninas nasceram de parto normal, no dia 28 de julho, com uma diferença de 10 minutos.

Em um barraco de dois cômodos, a família vive com quatro filhas de 4, 7, 10 e 12 anos às margens da BR-262. Denir é mãe também de dois rapazes, de 18 e 19 anos, e uma menina de 22 anos, que não moram mais com ela.

Ajuda e doações

Por conta da condição financeira e social, a família das quadrigêmeas precisa de doações para as recém-nascidas, já que prepararam enxoval para gestação de gêmeas.

Por isso, uma campanha para recebimento de doações foi criada pela maternidade Cândido Mariano. A unidade informa que podem ser doadas fraldas, principalmente do tamanho P. Roupas para meninas também serão aceitas.

As doações podem ser feitas diretamente no hospital, localizado na rua Marechal Rondon, 2.644, Centro de Campo Grande.

Doações também podem ser feitas através de depósitos em dinheiro na conta poupança aberta por Odair. O número da agência é 4555 e da conta poupança é 0001958-6, na Caixa Econômica Federal, variação 13.



Índios fazem Coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia de refém na aldeia e exigem a presença do Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde

SÍTIO RÁDIO COMUNITÁRIA ELDORADO FM, 09.10.2014

Segundo uma das lideranças Marcelo Milton foi levado para aldeia porque a SESAI não atendeu às reivindicações dos índios.

O Repórter do Araguaia
Vanessa Lima

O clima na cidade de São Félix do Araguaia – MT e região são de tensão, em busca de mudanças e melhorias na saúde indígena, as lideranças das comunidades indígena dos povos Karajá e Kanela, ocuparam o prédio da SESAI nesta manhã, 09, revoltado com o que considera descaso com a saúde indígena levaram o Coordenador do Distrito Especial de Saúde Indígena do Araguaia (DSEI), Milton Martins de Sousa, para aldeia Santa Isabel, onde permanecerá até que se resolvam algumas reivindicações feitas pelas lideranças indígenas que cobram a falta de atendimento e assistência de saúde nas aldeias, nos pólos de saúde e casas de saúde indígenas. As lideranças indígenas exigem a presença o secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza.

Segundo uma das lideranças Marcelo Milton foi levado para aldeia porque a SESAI não atendeu às reivindicações dos índios. A maior reclamação deles é com relação a precariedade na assistência à saúde indígena.

“Estão brincando com a saúde do povo indígena, fingindo cuidar dos mesmos. Em que realmente a secretaria de saúde indígena. Queremos respeito, queremos que o recurso público investido na saúde indígena seja realmente de fato concretizado. Estamos cansados de enganação, de utopia, queremos ação, trabalho e acima de tudo respeito com nosso POVO INDÍGENA DE TODO O PAÍS”, finalizou Dr. Samuel Karajá.

Os índios prometeram liberar Milton quando o Secretário Antônio Alves atender as reivindicações que eles fizeram para autoridades de Brasília. Para lideranças indígenas a questão de saúde é problemática nas aldeias e nos pólos de saúde indígena. Os índios estavam nervosos, mas prometeram tratar bem o Coordenador Milton.

Os indígenas prometem liberar Milton de Souza só com a presença secretário Especial de Saúde Indígena Antonio Alves. Estiveram presentes as lideranças das aldeias Fontoura e Santa Isabel: Cacique Habuydia, Clhy Mairu, Waixa Karajá, Teowore Karajá, Cacique Sansão Karajá e Ximké Karajá.



Mulheres indígenas contam suas Histórias em livro

SÍTIO CEDEFES, 09.10.2014

Mulheres indígenas de oito etnias da região Nordeste acabam de lançar um livro que relata suas vidas, suas dificuldades, sonhos e expectativas. Intitulado "Pelas Mulheres Indígenas", a publicação também traz informações sobre como prevenir e lidar com casos de violência conjugal

Ministério da Cultura

O livro foi desenvolvido nas oficinas de literatura ministradas pela ONG Thyndêuá, em Ilhéus (BA), dentro das ações de um projeto de formação continuada, com as mulheres indígenas, sobre seus direitos. Uma das metas desse trabalho é a formação de 16 agentes multiplicadoras de transformações sociais.

A expectativa, segundo os organizadores do projeto, é a de alcançar cerca de 8 mil mulheres indígenas e suas famílias, ao fim de um ano e meio de atividades. O projeto dispõe de um site na internet, formado pela rede multiétnica Comunidade Colaborativa de Aprendizado Pelas Mulheres Indígenas.

O trabalho contou com a participação da Rede dos Pontos de Cultura Indígenas do Nordeste e do Pontão Esperança da Terra, iniciativas apoiadas pelo Ministério da Cultura (MinC), e também com as parcerias das secretarias de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República (SEPP/PR) e de Políticas Públicas para Mulheres do estado da Bahia.

Durante o lançamento do livro, realizado no sábado (27/9) na aldeia Itapoã, em Ilhéus, foram realizadas três rodas de conversas para mulheres, ministradas pela equipe interdisciplinar da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do estado da Bahia, com a presença de seis escritoras indígenas.

Os povos indígenas do Nordeste que participam deste projeto da ONG Thyndêuá são: Tupinambá, Pataxó Hãhãhã, Pataxó Dois Irmãos e Pataxó Barra Velha, da Bahia; Xokó, de Sergipe; Karirixocó e Karapotó Plakiô, de Alagoas; e Pankararu, de Pernambuco.

O lançamento integrou as ações da XIV Caminhada Tupinambá em memória dos mártires do rio Cururupe, massacrados pelos colonizadores portugueses, no ano de 1559, nas margens do rio, em terras que hoje pertencem ao município baiano de Ilhéus.

Fonte: <http://www.geledes.org.br>



Projeto contemplado em edital de fomento à cultura negra tem exposição e oficina em Cuba

SÍTIO XXXXXX, 09.10.2014

Ganhador do "Prêmio Funarte de Arte Negra", o projeto "Artes e Ofícios: Saberes e Fazeres Ancestrais e Civilizatórios" realiza oficinas e exposições até 18 de outubro, no Museo Casa de África de la Oficina del Historiador de la Ciudad de la Habana, na capital cubana

Projeto contemplado em edital de fomento à cultura negra tem exposição e oficina em Cuba



Foto: divulgação

O projeto "Artes e Ofícios: Saberes e Fazeres Ancestrais e Civilizatórios" realiza oficinas e exposições até o próximo dia 18 de outubro, em Cuba. As atividades acontecem no Museo Casa de África de la Oficina del Historiador de la Ciudad de la Habana, em Havana, capital do país caribenho.

Com idealização dos artistas brasileiros Eloísa Marques e Pedro João Cury, "Artes e Ofícios" compõe as programações do "Mês da Cultura Brasileira", evento promovido pela Embaixada do Brasil em Cuba.

Contemplado com o "Prêmio Funarte de Arte Negra" em 2012, o projeto é a continuação dos trabalhos de estamparia africana realizados entre 2010 e 2012, no Quilombo do Jaó, localizado em Itapeva – SP. Neste período, também foram produzidos desenhos e pinturas na "Oficina Livre do Conhecimento", realizada na Escola Municipal Juarez Costa no município paulista.

As atividades tiveram sequência, ainda, em novembro de 2013, numa primeira temporada em Havana. Além do Museo Casa de África, foram utilizados os espaços da Escuela Básica Rubén Bravo.

Editais de fomento à cultura negra

Nos últimos anos, editais de fomento à cultura negra ampliaram a quantidade de artistas e produtores/as negros/as nos palcos, teatros, ruas, galerias de arte e bibliotecas. Em 2012, projetos das diversas linguagens artísticas contaram com incentivos de cerca de R\$10 milhões, liberados por meio de cinco premiações promovidas pelo Ministério da Cultura (MinC) em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR).

As propostas foram apresentadas conforme o segmento artístico, para concorrer ao "Prêmio Funarte de Arte Negra"; "Curta-Afirmativo"; "Pontos de Leitura"; "Fomento à Pesquisa"; e "Co-edição de livros de autores negros".

No que tange ao "Prêmio Funarte de Arte Negra", 33 projetos – nas categorias artes visuais, circo, dança, música, teatro e preservação da memória – receberam apoio total de R\$ 4,3 milhões, por meio da Fundação Nacional de Artes (Funarte/MinC). As premiações variaram de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil para cada seleção.

Além disso, seis obras foram premiadas pelo "Curta-Afirmativo", da Secretaria do Audiovisual (SAv/MinC). O edital apoiou produções audiovisuais em curta-metragem (10 a 15 minutos), no valor de R\$ 100 mil cada, dirigidas ou produzidas por jovens negros/as com idade entre 18 e 29 anos. Na primeira edição, a temática e o formato foram livres, podendo ser ficção ou documentário, com possibilidade de utilizar técnicas de animação.

Já a Fundação Biblioteca Nacional (BN/MinC) destinou R\$ 500 mil para a co-edição de 25 livros de autores negros, além de financiar a criação de 30 pontos de leitura de cultura negra, no valor total de R\$ 3,2 milhões. Nesse ritmo, ainda foram distribuídos R\$ 195,6 mil em bolsas de estudo para pesquisadores afro-brasileiros. Os benefícios variavam de R\$ 500 a R\$ 2,5 mil.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR

Dentista da Floresta leva saúde bucal à comunidades ribeirinhas do Amazonas
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 09.10.2014

Dentista de Manaus mobiliza clientes e estudantes em iniciativa solidária para o interior do Estado



MANAUS – A satisfação em ajudar pessoas é o maior pagamento do trabalho voluntário. É exatamente isso que se vê no rosto do grupo de voluntário que participam do projeto social Dentista da Floresta. O dentista Jorge Gonçalves iniciou o projeto há dois anos, “sozinho e com uma mochila nas costas”, e hoje conta com vários voluntários. A equipe se divide entre clientes do consultório e acadêmicos de Odontologia que moram em Manaus. A iniciativa leva saúde bucal a comunidades ribeirinhas e amazônidas que moram em locais de difícil acesso.

Os serviços oferecidos por eles são urgências odontológicas, doação de cremes e escovas dentais, e até aplicação de flúor. Um médico também acompanha a equipe. “Esse trabalho é uma extensão da nossa excelência. Nós realizamos trabalhos sofisticados em Manaus como reabilitação, como estética, como porcelana. E nós trouxemos uma extensão para a comunidade, uma assistência básica em saúde”, explica Jorge.

As ações são realizadas nos municípios amazonenses de Parintins, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Itacoatiara e Presidente Figueiredo. “Ninguém vem extrair um dente, mas problemas sociais da comunidade”, analisa o dentista.

No vídeo abaixo, cedido ao Portal Amazônia, é possível conhecer um pouco mais o trabalho realizado por Jorge.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=ub9k-U5Zutc

Inquérito investiga agressão a criança ferida em conflito com índios no AM
SÍTIO G1, 09.10.2014

Menina de 2 anos foi ferida com facão; ela passa bem, diz delegado. Grupo de índios e não índios discutiu por terra; 22 foram detidos e liberados.



Camila Henriques Conflito ocorreu na tarde de quarta, em comunidade na Zona Oeste de Manaus
(Foto: Camila Henriques/G1 AM)

A Polícia Civil abriu inquérito, nesta quinta-feira (9), para apurar o conflito de terras entre indígena e não índios ocupantes de uma área na Comunidade Cristo Rei, bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus, que deixou uma criança de 2 anos ferida na quarta (9). O delegado Paulo Benelli, do 20º Distrito Integrado de Polícia (DIP), informou ao G1 que seis pessoas prestaram depoimento sobre o caso e foram liberadas. Outras 14 devem ser interrogadas sobre o caso nesta semana.

Na quarta, o major Márcio Leite, da 20ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom), informou que pessoas dos dois grupos relataram que houve troca de tiros e flechadas durante o conflito. Uma menina não indígena de dois anos foi atingida na cabeça por um golpe de facão, e encaminhada a um hospital da Zona Norte de Manaus. Nesta quinta, o delegado Paulo Benelli informou que a criança já está em casa e passa bem.

CONT.

Segundo Benelli, o inquérito instaurado deve apurar a ocorrência de três crimes. O primeiro diz respeito ao esbulho possessório, quando ocorre invasão de propriedade alheia. A polícia também deve apurar denúncias de ameaças, além lesão corporal. O delegado disse ainda que deve apurar a quem pertence a propriedade.

"Os índios alegam que os brancos [não índios] compraram a terra de grileiros e que eles estariam fazendo ameaças utilizando armas de fogo. Ontem [quarta, 8], não foi encontrada nenhuma arma no local, mas achamos projéteis e cápsulas deflagradas", disse o delegado.

Caso

O major Márcio Leite explicou que as vias próximas ao local foram bloqueadas para identificação dos infratores. Segundo ele, ao chegarem na área, policiais ouviram os dois grupos que acusavam uns aos outros de invasão.

Os envolvidos no conflito foram encaminhados ao 20º Distrito Integrado de Polícia (DIP) na tarde de quarta-feira. Na ocasião, a PM informou que entre o grupo havia 17 não indígenas e cinco índios. "Eles foram detidos por invasão de terra, lesão corporal e ameaça. Depois foram apresentados na delegacia. O delegado vai ouvir todos para instaurar um inquérito e avaliar as responsabilidades de cada um", explicou o major Márcio Leite após a detenção. Os indígenas que estavam na delegacia não quiseram conceder entrevista à imprensa.

Segundo a polícia, o grupo de não indígenas afirmou na delegacia que os índios estariam usando armas de fogo. Para defendê-los, uma indígena apresentou vídeos gravados no momento do confronto. As imagens foram disponibilizadas ao G1.

Nesta quinta, o delegado Benelli afirmou que todos os detidos foram liberados após a delegacia ouvir parte do grupo.

A reportagem tentou contato com a coordenação regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), mas não obteve sucesso.



Indígenas e não indígenas foram ouvidos pela Polícia Militar nesta quarta-feira (Foto: Divulgação/ Polícia Militar)



São Gabriel lidera em casos de suicídios de índios, segundo o Mapa da Violência
SÍTIO D24AM, 09.10.2014

Município do Amazonas tem taxa dez vezes maior que a média nacional, conforme estudo

Manaus - São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas (a 865 quilômetros de Manaus em linha reta), lidera o ranking de suicídios de índios no Brasil. Entre os mais de cinco mil municípios brasileiros, São Gabriel da Cachoeira ficou na primeira posição.

Entre 2008 e 2012, a taxa foi de 50 casos por 100 mil habitantes, dez vezes maior do que a média brasileira, de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes, no período, segundo o Mapa da Violência.

Nas cidades com população indígena, a taxa sobe para 30 mortes. Em São Gabriel, entre os que se mataram de 2008 a 2012, 93% eram índios.

Oito entre dez se enforcaram. O suicídio por ingestão de timbó, raiz venenosa que causa sufocamento, foi o segundo método mais usado.

“O que está acontecendo é um verdadeiro extermínio destas populações”, afirma o médico Carlos Felipe D’Oliveira, da Rede Brasileira de Prevenção do Suicídio.

No Amazonas, Roraima, Acre e Tocantins, os suicídios passaram de 390, em 2002, para 693, em 2012: aumento de 77,7%. “Normalmente, o que vemos é que os locais com maior taxa de suicídio de índios são justamente aqueles mais desassistidos, com alto índice de desemprego, uso de álcool, drogas e muito conflito”, afirma D’Oliveira.

Dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) registram 73 casos de suicídio de indígenas só em Mato Grosso do Sul, em 2013 – o maior índice em 28 anos. Dos 73 indígenas mortos, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 havia um total de 821,5 mil indígenas, o que representa 0,4% da população do País. O suicídio indígena representa 1% da população de índios.

No Amazonas, onde a população indígena representa 4,9% dos habitantes no País, 20,9% dos suicídios ocorre entre indígenas. Em Mato Grosso do Sul, a taxa é ainda mais preocupante. Pelo Censo de 2010, eles são 2,9% da população, mas respondem por 19,9% nos suicídios.

Nos últimos dez anos, o Amazonas foi onde o suicídio de jovens mais cresceu (134%). Os índios representam 4,9% da população do Estado e 20,9% dos suicídios envolveram indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Os altos índices de mortes foram discutidos no Fórum Brasileiro sobre Suicídio, em Brasília. Em janeiro de 2015, a Rede Brasileira de Prevenção do Suicídio encaminhará uma minuta à Comissão de Seguridade e Família do Congresso Nacional pedindo ações de prevenção. A intenção é criar políticas públicas para reduzir a incidência de suicídios.



Índios do Tocantins buscam formação de viveiros em Brasília

SÍTIO EXPRESSO MT, 09.10.2014

ICMS Ecológico gera interesse de silvícolas das tribos Apinaje e Xerente pela formação técnica sobre implantação de viveiros de mudas nativas. Por sugestão de um Pajé, querem cultivar farmácias vivas nos viveiros também.

Dois representantes de tribos indígenas do estado do Tocantins participarão, nesta quinta e sexta-feira (9 e 10 de outubro), do curso Viveiro e Produção de Mudas Florestais Nativas que se realiza no Jardim Botânico de Brasília a partir das 8h30. Eles integrarão a turma de cerca de 30 participantes que já vem aprendendo em módulos ministrados pela Rede de Sementes do Cerrado, através projeto Semeando o Bioma Cerrado, sobre: identificação de árvores e madeira do bioma Cerrado, marcação de matrizes, coleta de sementes, produção de mudas nativas e comercialização.

Motivação - Interessados em adquirir os conhecimentos repassados por biólogos e engenheiros florestais e agrônômicos que tratam desses temas com base na Legislação Florestal, considerando os pré-requisitos legais para a produção de mudas, os indígenas das tribos Apinaje e Xerente têm uma motivação diferente dos demais alunos. Em 2002, o estado do Tocantins instituiu o ICMS Ecológico, um mecanismo tributário com o objetivo de oferecer uma alternativa de gestão ambiental para incentivar os municípios a preservarem áreas verdes. E agosto de 2013, o Tocantins regulamentou uma normativa interna determinando que os municípios devem atestar projetos e ações dentro de quatro linhas de atuação para serem contemplados com recursos. As linhas, segundo o indigenista especializado da Coordenação Técnica Local de Funai de Tocantinópolis (TO), Marcelo Gonzalez, são de coleta de resíduos sólidos, preservação ambiental, educação ambiental e combate a incêndio florestal.

PNEGATI - Segundo Gonzalez, a vinda de Márcio Apinaje e Samuel Xerente para o curso do Semeando o Bioma Cerrado é uma ação integrada da Funai com ICMS ecológico baseada na aplicação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNEGATI). A aldeia Prata, da terra indígena Apinaje já possui um viveiro. "O curso é parte de uma série de ações integradas voltadas ao consumo das próprias comunidades indígenas. A ideia é que absorvam informações para a construção de Sistemas Agroflorestais (SAFs), produção de quintais e frutíferas, reflorestamento e implantação de farmácia viva, que foi orientado por um pajé", sublinha Gonzalez.

A terra Apinajé estende-se pela área de quatro municípios, Tocantinópolis, Cachoeirinha do Tocantins, Maurilândia e São Banto do Tocantins.

De acordo com o coordenador do Semeando o Bioma Cerrado, Rozalvo Andrigueto, a notícia de que três indígenas demonstraram interesse em receber informações do projeto, foi recebida como "uma confirmação sobre o que temos construído nesses anos com o foco no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

desenvolvimento da cadeia produtiva de sementes”. O projeto patrocinado pela Petrobras deverá catalogar 3.600 árvores matrizes do bioma Cerrado; demarcar 60 áreas de cerca de 10 hectares cada como área preservada; restaurar cinco hectares de áreas já degradadas; capacitar tecnicamente 390 pessoas para produzir sementes e mudas florestais nativas em condições ambientalmente corretas e economicamente sustentáveis entre outras ações até 2015. “O interesse de tribos indígenas em formar multiplicadores e o fato do ICMS Ecológico mostrar-se como um mecanismo gerador de preservação ambiental é uma esperança para o Cerrado”, avalia.

Este módulo do Curso vai focar também nos princípios de restauração de áreas degradadas, fito-sanidade de mudas, noções de compostagem e formulação de substratos, infraestrutura e logística para implantação de viveiros e prática no viveiro.



Pataxó interdita BR 101 no sul da Bahia para cobrar promessa de Cardozo
SÍTIO CIMI, 10.10.2014

Cerca de mil indígenas do povo Pataxó interdita desde às 5h30 da manhã desta sexta-feira (10) os dois sentidos da BR 101, nas proximidades do município de Itamaraju, a cerca de 620 quilômetros de Salvador.

A principal reivindicação do movimento é a expedição pelo Ministério da Justiça da carta declaratória que revisa os limites da Terra Indígena Barra Velha, que fica dentro do município de Porto Seguro, com divisa com as cidades de Itamaraju e Itabela. Em 2001 foi publicado o relatório de revisão dos limites da terra já que existem mais de 6 mil indígenas vivendo em 17 aldeias, que não estão contempladas nos 8.627 hectares homologados.

“Apenas metade das aldeias está dentro da área que foi homologada. Já nos reunimos diversas vezes com o ministro Cardozo aqui na Bahia e em Brasília. Ele sempre nos faz muitas promessas, mas nunca toma um posicionamento concreto. Há seis anos esperamos pela assinatura do ministro, mas a carta continua dentro da sua gaveta. Enquanto isso, infelizmente, aumentam os conflitos, a tensão e a violência na região”, afirma Edir Pataxó, liderança moradora da aldeia Boca da Mata.

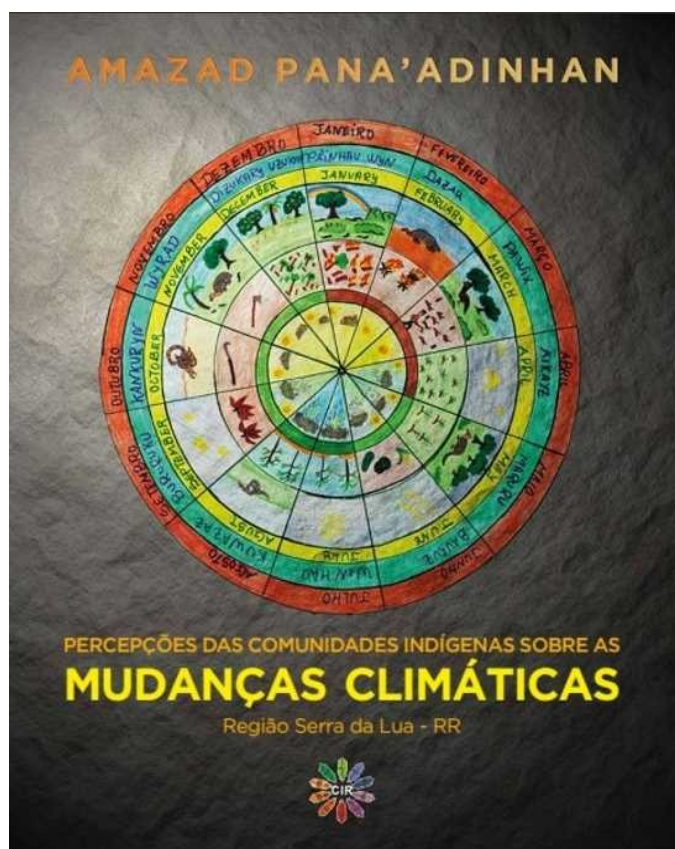
No último dia 7, a Polícia Federal (PF) prendeu o indígena Lourisvaldo da Conceição Braz, de 58 anos, suspeito de participar do sumiço do fazendeiro Raimundo Domingues Santos, que teria desaparecido no dia 9 de agosto, entre Itamaraju e Porto Seguro. A PF informa que não tem pistas do fazendeiro desaparecido.

Segundo os indígenas, o governo tem responsabilidade pela violência na região, já que não investe em soluções concretas que, no caso, seria a demarcação da área já reconhecida pelo próprio governo como sendo um território tradicionalmente indígena. “Os fazendeiros têm se armado e articulam para impedir que a carta declaratória seja assinada. O clima está muito ruim aqui”, declara Edir.

Os Pataxó afirmam que só liberarão a pista a partir de uma sinalização do Ministério da Justiça no sentido de uma possível resolução efetiva da reivindicação. “Estamos cansados de promessas vazias. O governo brasileiro tem que ter respeito por nós, que somos os primeiros moradores desta terra”, finaliza Edir Pataxó.

Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – CIR lança livro dia 15/10

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.10.2014



Publicação aborda percepções indígenas sobre as mudanças climáticas e apresenta plano para seu enfrentamento

CIR

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) convida para o lançamento do livro Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – Região Serra da Lua/RR. Organizada por Sineia Bezerra do Vale (Coordenadora do Departamento Ambiental e Territorial do CIR) e pelo antropólogo Alessandro Roberto de Oliveira, a partir do trabalho autoral de 18 Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas (ATAIs) e três professores indígenas, a publicação expressa o protagonismo do CIR e a preocupação deste com a melhor forma de apoiar os povos de Roraima a se adaptarem às mudanças climáticas, garantindo simultaneamente a sua segurança ambiental e os seus meios de vida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

A obra sistematiza e sintetiza um longo e cuidadoso processo de pesquisas colaborativas (os “estudos de caso”) conduzidas pelos ATAs em comunidades de três terras indígenas (Jacamim, Malacacheta e Manoá-Pium) de uma região específica (a Serra da Lua). Seu objetivo é evidenciar e valorizar a contribuição dos conhecimentos e práticas tradicionais indígenas, de modo a entender como tais povos e comunidades estão modificando seus meios de vida e incorporando novas abordagens para lidar com o que eles entendem serem transformações do mundo, do tempo e do espaço em que vivem – transformações das quais eles são, ao mesmo tempo, agentes e pacientes. Ao final, se esboça um plano de enfrentamento às mudanças climáticas.

Amazad Pana’adinhan se soma, assim, a um conjunto de publicações similares, que tem se avolumado recentemente, enfocando a relação entre povos indígenas e mudanças climáticas em diferentes contextos culturais e ambientais no Brasil e no mundo. Ela pretende fazer pontes entre, por um lado, regimes de conhecimentos indígenas e experiências locais, e por outro, a formulação de políticas e estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas às escalas nacional e global.

O lançamento do livro, que será distribuído gratuitamente, ocorre no contexto do Módulo II (Mitigação e Adaptação nos Territórios Indígenas) do Seminário “As Mudanças Climáticas sob o Olhar dos Povos Indígenas do Brasil”. Na ocasião, o livro será apresentado pelos seus organizadores.

Serviço

Lançamento do livro Amazad Pana’adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – Região Serra da Lua/RR

Data: 15 de outubro (quarta-feira)

Horário: 18h30 – apresentação do livro às 19h no mini-auditório no subsolo da Livraria Sebinho

Local: Livraria Sebinho – SCLN 406 – Bloco C



Defensoria pede suspensão de licenciamento de terminal portuário

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.10.2014

Defensoria Pública do Estado do Maranhão

A Defensoria Pública do Estado (DPE), através do Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária, ajuizou medida cautelar preparatória de ação civil pública objetivando a suspensão do processo de licenciamento ambiental do terminal portuário WPR SÃO LUÍS, na região da Vila Maranhão, em São Luís. A ação cautelar, que corre na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital e tem como réus o Estado do Maranhão e a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, visa preservar o meio antrópico da área afetada pelo empreendimento.

A Defensoria foi procurada pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras da comunidade. Na ocasião, os moradores informaram que o empreendedor, alegando ser proprietário da área, estaria promovendo o desapossamento irregular de membros da Comunidade Cajueiro, assentada pelo Estado do Maranhão no ano de 1998, através de escritura pública condominial.

Para a DPE, os desapossamentos caracterizariam a prática de remoção compulsória pela empresa e estaria violando a legislação ambiental, pois realizada antes da concessão das Licenças Prévia e de Instalação pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), prejudicando, assim, o estabelecimento de medidas condicionantes adequadas para garantir a qualidade de vida da população afetada.

Além do pedido de suspensão do licenciamento pela SEMA, a DPE requer ainda que a empresa se abstenha de realizar quaisquer atos que ensejem a aquisição da propriedade ou da posse de pessoas da comunidade, bem como de impedir plantações, construções, o extrativismo e a pesca nas praias de Parnauçu e Cajueiro, como vem ocorrendo.

O território ocupado pela comunidade do Cajueiro possui pouco mais de 600 hectares e está inserido na área destinada à criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Começa hoje na Terra Indígena Taunay/Ipegue o 3º Encontro de Jovens Terena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.10.2014



III ENCONTRO DA JUVENTUDE TERENA
HÂNAITI HO'ÚNEVOHIKO INÂMATI XÂNE TÊRENOE
Retomada Esperança, 10 e 11 de outubro de 2014

Cultura e História Terena

10 – Sexta – feira	11 – Sábado
8:00 hs: Mesa 1 – Plenária da Juventude Indígena Convidados: Juventude Terena, Kinikinau, Kadiwéu, Guarani Kaiowá e Ofaié.	8:00 hs – Direitos dos Povos Indígenas
10:00 hs: Mesa 2 – Lideranças tradicionais: a história do povo Terena nas falas de nossos anciãos.	Convidados: Procuradoria Especializada da FUNAI, Ministério Público Federal e Conselho Indigenista Missionário.
Convidados: Rezadores da Aldeia Cachoeirinha, Aldeia Bananal, Aldeia Ipegue e Aldeia Água Branca.	13:30 hs – Encaminhamentos Finais e Práticas de esporte e cultura tradicional
13:30 hs: Mesa 3 – Práticas Culturais do Povo Terena	Realização: Conselho do Povo Terena
Danças: Kipaé e Siputrema Pinturas Corporais Músicas e cantos tradicionais	
19:00 hs Apresentação de vídeos da luta dos povos indígenas	

Apoio:
Conselho Aty Guasu
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Rede de Saberes: permanência de indígenas no ensino superior
NEPPI/UCDB
FUNAI



Abordando a temática da História, Cultura e Direito, as lideranças do Conselho Terena realizam hoje e amanhã encontro com jovens na Comunidade Esperança – Terra Indígena Taunay/Ipegue, Município de Aquidauana. Nesta terceira edição, o objetivo do evento é propor momento de diálogo entre os jovens e suas lideranças, fazendo análise dos direitos conquistados e os principais desafios na contemporaneidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Segundo o advogado Terena Luiz Henrique Eloy, “desde o primeiro encontro temos abordado a necessidade da juventude indígena despertar para a luta da manutenção de direitos conquistados, haja vista estarem em trâmite várias proposições que visam a tirar os direitos indígenas, em especial os garantidos na Constituição Federal de 88”.

As lideranças contam com a contribuição de acadêmicos indígenas, já que Mato Grosso do Sul concentra aproximadamente 930 universitários índios nas mais diversas áreas. “Esperamos dos acadêmicos indígenas um reforço em nossa luta. Que eles possam usar seus conhecimentos em prol da comunidade”, diz Lindomar Terena.

O encontro será marcado pela presença de rezadores Terena da Aldeia Ipegue e Babaçu, em momento importante para o resgate da prática cultural.

A comunidade Esperança é uma área retomada em maio de 2013. Desde então, nela vêm sendo realizadas várias atividades voltadas para o fortalecimento da cultura e conhecimento tradicional.

Confira a Programação:

III ENCONTRO DA JUVENTUDE TERENA – HÁNAITI HO'ÚNEVOHIKO INÁMATI XÂNE TÊRENOE

Local: Retomada Esperança – Terra Indígena Taunay/Ipegue

Tema: Cultura e História Terena

Dia 10 – Sexta – feira

8:00 hs: Mesa 1 – Plenária da Juventude Indígena

Convidados: Juventude Terena, Kinikinau, Kadiwéu, Guarani Kaiowá e Ofaié.

10:00 hs: Mesa 2 – Lideranças tradicionais: a história do povo Terena nas falas de nossos anciãos.

Convidados: Rezadores da Aldeia Cachoeirinha, Aldeia Bananal, Aldeia Ipegue e Aldeia Água Branca.

13:30 hs: Mesa 3 – Práticas Culturais do Povo Terena

Danças: Kipaé e Siputrema
Pinturas Corporais
Músicas e cantos tradicionais

19:00 hs – Apresentação de vídeos da luta dos povos indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Dia 11 – Sábado

8:00 hs – Direitos dos Povos Indígenas

Convidados: Procuradoria Especializada da FUNAI, Ministério Público Federal e Conselho Indigenista Missionário.

13:30 hs – Encaminhamentos Finais e Práticas de esporte e cultura tradicional

Realização:

Conselho do Povo Terena

Apoio:

Conselho Aty Guasu

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Rede de Saberes: permanência de indígenas no ensino superior

NEPPI/UCDB

FUNAI



Após manifestação da APIB, Chefe da Procuradoria Federal Especializada na Funai é nomeado presidente interino

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.10.2014

PORTARIAS DE 9 DE OUTUBRO DE 2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, substituto, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 723 - **EXONERAR**, a pedido,

MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI da interinidade no cargo de Presidenta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, código DAS 101.6, a partir de 1º de outubro de 2014.

Nº 724 - **EXONERAR**

MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI do cargo de Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, código DAS 101.5, a partir de 1º de outubro de 2014.

Nº 725 - **NOMEAR**

FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO, para exercer, interinamente, o cargo de Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, código DAS 101.6, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

Tania Pacheco* – Combate Racismo Ambiental

O Chefe da Procuradoria Federal Especializada (PFE) na Funai, Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, foi nomeado ontem para presidir interinamente a Fundação Nacional do Índio. O cargo estava vago desde o dia 30 de setembro, data oficial do pedido de demissão de Maria Augusta Assirati, mantida na presidência do órgão por mais de um ano como interina.

A nomeação, publicada no Diário Oficial de hoje, 10 de outubro, é assinada por Valdir Moysés Simão, em substituição ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A Portaria, datada de ontem, também exonera Maria Augusta Assirati do cargo de Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, que ocupava antes de substituir interinamente Marta Azevedo, que pediu demissão em 7 de junho do ano passado.

Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo assume a presidência interina "sem prejuízo das atribuições" do cargo que atualmente ocupa, ou seja: continua como Procurador-Chefe Nacional na Funai, que é o nome oficial de seu posto.

A manifestação da APIB pode ser lida em Carta aberta da APIB sobre a vacância na presidência da FUNAI.

*Notícia do DOU enviada por Ana Beatriz Lisboa.



Aguilera comemora obras de infraestrutura na Reserva Indígena

SÍTIO FOLHA DO MS, 10.10.2014

A ação acontece após várias solicitações feitas pela comunidade indígena, e o vereador Aguilera de Souza solicitou através de indicação protocolada no dia 5 de agosto, a execução do serviço.

A limpeza das caixas era extremamente necessária já que há meses não havia manutenção adequada, o que fez com que lixo e plástico trazido pela correnteza ficassem acumulados junto ao matagal que se formou.

Durante a fiscalização, Aguilera esteve acompanhado do coordenador especial de Assuntos Indígenas, Leomar Mariano, que coordenou a realização do projeto de cascalhamento e recuperação das estradas na Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas.

“É importante ressaltar o trabalho prestado pela Coordenadoria e pelo prefeito Murilo Zauith (PSB) que tem ouvido as lideranças e ao meu mandato e buscam sempre fazer projetos para melhorar a vida da comunidade indígena”, disse Aguilera, que é presidente da Comissão Indígena e Afrodescendente da Câmara Municipal de Dourados.

O vereador autor da indicação que originou o serviço pediu para que a comunidade seja mais participativa e acompanhe seu trabalho no legislativo municipal. “Convido a comunidade indígena para assistir as sessões ordinárias para ver quem realmente luta pela causa indígena. Em todas as sessões são indicados serviços e obras sempre pensando na melhoria da qualidade de vida e na resolução dos problemas que nossa comunidade enfrenta no dia a dia”.

As obras devem continuar nos próximos dias e em breve as máquinas devem começar o trabalho de cascalhamento. O serviço será executado pelas prefeituras de Dourados e Itaporã após acordo com o Ministério Público Federal no início de 2013, durante reunião na Câmara Municipal de Dourados à pedido do vereador Aguilera de Souza.



Três das quadrigêmeas indígenas têm alta de UTI Neonatal em MS
SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 10.10.2014

Três das quadrigêmeas da indígena Denir Campos, que descobriu a gravidez de quatro bebês durante o parto em agosto, tiveram alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal da maternidade Cândido Mariano e do Hospital Regional (HR), em Campo Grande.

Elizabete, Elizângela e Elizete saíram da UTI há cerca de dez dias porque tiveram ganho de peso significativo e respiram sem ajuda de aparelhos. Apesar da melhora no estado de saúde, elas continuam internadas, agora em uma Unidade Intermediária (UI).

Conforme os médicos, ainda não há previsão de alta. A outra bebê, Eliza, permanece na UTI Neonatal da maternidade porque ainda não atingiu o peso de um quilo, uma das condições mínimas para ser retirada do tratamento intensivo.

A pediatra neonatal Louise Zangari, do HR, disse ao G1 que Elizabete ganhou 320 gramas durante o tempo em que ficou na UTI e atualmente pesa 1,490 kg.

A bebê prematura também passou por uma laserterapia nos olhos, para corrigir uma retinopatia da prematuridade, comum em prematuros. Ela permanece em uma incubadora para manter a temperatura do corpo.

Elizângela e Elizete, que nasceram com 1,050 quilo e 1,125 quilo, respectivamente, tiveram ganho de peso semelhante ao de Elizabete. A primeira, atualmente, está com 1,415 quilo e a segunda, com 1,495 quilo.

Expectativa

A evolução no quadro clínico das filhas deixou Denir Campos, 37 anos, e Odair Cândido, 32 anos, ainda mais ansiosos pela alta das meninas dos hospitais.

"De pouquinho em pouquinho elas estão ficando mais fortes e daqui a pouco já vão poder sair. Não vejo a hora de levar todas para casa", contou Denir ao G1.

O pai também espera pelo momento de reunir as caçulas com as outras quatro irmãs. "O dia em que elas saírem daqui [hospital] vai ser minha alegria completa. Vamos poder voltar para casa e cuidar de todas juntas", afirmou.

Enquanto isso não acontece, os pais tentam organizar a rotina para visitar as quatro bebês, em dois hospitais diferentes, quase que diariamente. Eles garantem que o contato com as filhas é tão intenso que as meninas abrem os olhos e sorriem quando estão perto deles. "Elas já reconhecem, sabem que somos nós aqui. É muito bom ver que elas abrem os olhinhos quando a gente fala com elas", confessou Denir.

CONT.



Renda

A renda da família depende do serviço de Odair, que é diarista em uma fazenda, já que Denir é dona de casa e não trabalha. O casal mora em Anastácio.

Eles acreditavam que a gravidez era de apenas dois bebês, conforme apontado pelo único exame de ultrassom feito no pré-natal. As meninas nasceram de parto normal, no dia 28 de julho, com uma diferença de 10 minutos.

Em um barraco de dois cômodos, a família vive com quatro filhas de 4, 7, 10 e 12 anos às margens da BR-262. Denir é mãe também de dois rapazes, de 18 e 19 anos, e uma menina de 22 anos, que não moram mais com ela.

Ajuda e doações

Por conta da condição financeira e social, a família das quadrigêmeas precisa de doações para as recém-nascidas, já que prepararam enxoval para gestação de gêmeas.

Por isso, uma campanha para recebimento de doações foi criada pela maternidade Cândido Mariano. A unidade informa que podem ser doadas fraldas, principalmente do tamanho P. Roupas para meninas também serão aceitas.

As doações podem ser feitas diretamente no hospital, localizado na rua Marechal Rondon, 2.644, Centro de Campo Grande.

Doações também podem ser feitas através de depósitos em dinheiro na conta poupança aberta por Odair. O número da agência é 4555 e da conta poupança é 0001958-6, na Caixa Econômica Federal, variação 13.

Planetário do Espaço do Conhecimento estreia sessão inspirada em cosmovisão indígena

SÍTIO UFMG, 10.10.2014



A minissessão iOYE! Cosmovisões Sensoriais é a nova atração da programação regular do Espaço do Conhecimento UFMG. Produzida pelos núcleos de Comunicação, Audiovisual e Astronomia, a obra foi exibida pela primeira vez, no mês passado, durante a Primavera dos Museus e agora poderá ser vista, gratuitamente, aos sábados e domingos, sempre às 15h30. A estreia será amanhã, dia 11.

Com concepção abstrata e experimental, iOYE! é inspirada em obras que integram a exposição iMIRA! – artes visuais contemporâneas dos povos indígenas, em exibição no museu até 4 de janeiro. Com aproximadamente dez minutos de duração, a sessão propõe uma reinterpretação artística de temáticas presentes na mostra de arte indígena, com foco nas cosmovisões e naturezas e paisagens.

"Com a difusão das projeções digitais, os planetários têm, aos poucos, aberto espaço para outras propostas de uso além do ensino de astronomia e divulgação científica. O formato de cúpula da tela e o áudio distribuído em múltiplos canais caracterizam um ambiente imersivo bastante favorável a experimentações audiovisuais", afirma Vitor Amaro, do núcleo de Audiovisual do museu.

O Planetário

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

O Planetário do Espaço do Conhecimento UFMG exhibe filmes com programação destinada a crianças e adultos. Oferece também sessões com projeções astronômicas guiadas pela equipe de astronomia do museu, abordando temas como o céu de Belo Horizonte, a lua e o zodíaco e astronomia indígena. Instalado no quinto andar, com cadeiras reclináveis e sala climatizada, o planetário tem capacidade para 65 pessoas.

Sessões: de terça a domingo, das 13h às 16h. Quintas-feiras, das 13h às 20h.

Entrada*: Inteira: R\$ 6; meia: R\$ 3

*Com exceção da iOYE! Cosmovisões Sensoriais, que é gratuita.

O Espaço do Conhecimento faz parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Mais informações podem ser obtidas no site ou pelo telefone (31) 3409-8350.



Escola da aldeia indígena de Caarapó desenvolve 'Projeto de Trânsito'

SÍTIO CAARAPÓ NEWS, 10.10.2014

A Escola Municipal Indígena Ñandejara Polo e suas extensões desenvolveu o Projeto de Trânsito com o tema, "Cidade das Pessoas: Proteção e Prioridade ao Pedestre", que tem como objetivo motivar a comunidade escolar a realizar observações, estudos, pesquisas e vivências práticas sobre a educação no trânsito, no processo intercultural.

Durante a realização do projeto os estudantes fizeram observações nas estradas da aldeia, para analisar o comportamento dos pedestres e condutores. Leitura de livros do Ziraldo, do DETRAN, e outros textos sobre o trânsito, assistiram a diversos vídeos, analisaram os perigos no trânsito urbano e principalmente rural. Confeccionaram placas e cartazes, produziram textos, frases.

O encerramento do projeto aconteceu no último dia 29 no período matutino com apresentação dos alunos da Escola Municipal Indígena Ñandejara, e peça teatral "A casa Caiu" com os alunos de 6º ao 9º da Escola Municipal Rui Barbosa, finalizando com a palestra ministrada pela Polícia Militar. No período vespertino teve apresentações das escolas das extensões Mbokaja, Loide Bonfim, Saveria e peça teatral "Eu? No trânsito?" com os alunos de 1º ao 5º ano da Escola Municipal Rui Barbosa, ao final teve Palestra com o Bombeiro.

As apresentações foram prestigiadas pelas técnicas da Secretaria de Educação e Esportes, Iracilda Moreira dos Santos Lomba e Anari Felipe Nantes. (Informações de Aparecida Ana Pires)

Governo equatoriano pede desculpas públicas a povo indígena por violações de seus direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.10.2014



Gualinga José (centro), líder do Sarayaku, e Sabino Gualinga (à direita), o líder espiritual do Sarayaku, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2011. Foto: Zoë Tryon

Adital – Depois de mais de uma década de luta para que o Governo do Equador reconhecesse a série de violações cometidas, enfim ministros e ministras equatorianos pediram desculpas oficiais ao povo indígena Kichwa de Sarayaku, da Amazônia Equatorial. No último dia 1º deste mês, os titulares dos Ministérios da Justiça, Meio Ambiente, Defesa, Recursos Naturais Não Renováveis e o procurador geral do Estado foram até o local onde vivem os indígenas e se desculparam pelos abusos que ocorreram durante a operação petrolífera de Bloque 23, realizada pela empresa CGC nos anos 2002 e 2003.

De acordo com informações da Anistia Internacional, naqueles anos, pessoas da empresa, acompanhadas por soldados e guardas de segurança privada, realizaram detonações, cortaram árvores, escavaram mais de 400 poços, enterraram mais de 1.4 toneladas de explosivos de alta potência e contaminaram o meio ambiente com o ruído de helicópteros, movendo pessoas e explosivos, entre outras atividades. A empresa havia obtido a concessão para explorar essa unidade petrolífera do Estado, sem consultar ou informar a comunidade.

“Para o povo originário Kichwa de Sarayaku, este é um ato de transcendência histórica, porque é a primeira vez que o Estado vai pedir desculpas a um povo indígena por ter colocado em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

grave risco sua vida e integridade”, disse Félix Santi, presidente do Povo originário Kichwa de Sarayaku, reagindo à notícia. “Nosso povo espera que a desculpa do Estado seja sincera e que haja uma garantia verdadeira de que os abusos que sofremos em nosso território não vão se repetir”.

A Anistia tem acompanhado os kichwa de Sarayaku em sua campanha para que seus direitos sejam respeitados. As desculpas são parte da sentença emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 17 de julho de 2012, quando condenou o Estado do Equador por violar os direitos à propriedade comunitária, à consulta prévia, à identidade cultural, à proteção judicial e por ter colocado em grave perigo a vida e integridade dos membros do povo de Sarayaku.

Para a Anistia, esse ato é um passo simbólico importantíssimo na direção correta e, sem dúvida, vai ser celebrado pelos povos indígenas das Américas que, como Sarayaku, por séculos têm sido excluídos de decisões tomadas por Estados e outros atores poderosos sobre aspectos fundamentais de suas vidas, muitas vezes, com consequências desastrosas para a sua sobrevivência física e cultural.

A organização espera que o pedido de desculpas abra a porta para uma verdadeira garantia do direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado, no Equador e na região.



Boletim de Notícias - Edição nº 182/ 2014

Brasília, 10 de outubro de 2014.

Reportagem “Transposição do São Francisco ameaça direitos indígenas” é finalista do prêmio Líbero Badaró

SÍTIO REPÓRTER BRASIL, 10.10.2014

A reportagem especial “Transposição do São Francisco ameaça terras indígenas”, de Lea Tosold e Renata Bessi, é uma das finalistas do Prêmio Líbero Badaró de jornalismo. Dividida em sete capítulos, a série especial da Repórter Brasil conta como as obras ameaçam os Truká e Pipipan, e as dificuldades que tais povos indígenas têm enfrentado para conseguir a demarcação de suas terras. O trabalho é resultado de um mês de viagem no sertão de Pernambuco e aborda temas como o conflito por terras e pela água, a grilagem de terras e o desmatamento.

A reportagem é uma das cinco finalistas indicadas na categoria Webjornalismo. O prêmio é uma iniciativa da revista e portal IMPRENSA, e tem apoio da Câmara Municipal de São Paulo e de associações ligadas à liberdade de imprensa. O anúncio dos vencedores será feito em novembro.

O valor econômico e o ambiental das comunidades tradicionais

SÍTIO REVISTA ÉPOCAL, 10.10.2014



A castanha do Brasil é um dos produtos das comunidades tradicionais da Amazônia (Foto: Quadell/Wikimedia)

O papel desempenhado pelos milhões de hectares de florestas das unidades de conservação brasileiras na prestação de serviços ambientais, regulação do clima e produção de água são indiscutíveis e começam a ser reconhecidos pela sociedade. Mas a importância econômica das atividades exercidas pelas comunidades tradicionais como aliadas na conservação das áreas protegidas ainda é pouco entendida. Assim como a capilaridade da cadeia produtiva que desenham, do coração da Amazônia às prateleiras de supermercados, indústrias farmacêutica e de produtos de beleza, gerando renda, empregos e contribuindo para a manutenção da floresta em pé.

Ao longo da história, é possível constatar que o extrativismo de produtos como a castanha-do-Brasil, a copaíba, o látex, o babaçu, o cumaru e a andiroba manejados por povos indígenas, populações ribeirinhas e quilombolas, detentores de um conhecimento ancestral sobre a biodiversidade, têm contribuído para a defesa dos territórios das atividades predatórias e ilegais e vem despertando a atenção de fabricantes. Eles reconhecem nos produtos comunitários valores intrínsecos, identificados como essenciais à conservação dos recursos naturais.

Fazendo um recorte a partir da nossa vivência prática em campo, é possível constatar a relevância das unidades de conservação como barreira ao desmatamento e na manutenção da sociobiodiversidade. Indo um pouco mais longe, talvez possamos dizer que estamos testemunhando o início de um ciclo, no qual cresce a preocupação com cadeias produtivas mais éticas e justas em seu percurso até o comprador final. Temos exemplos nesse sentido:

CONT.



uma multinacional suíça, fabricante de aromas, procurou as comunidades que extraem copaíba nas unidades de conservação da Calha Norte e da Terra do Meio, no Pará. Pactuou com os comunitários os critérios para compra do produto, entendeu a necessidade de um capital de giro, as especificidades do trabalho artesanal e os aspectos culturais ali representados. Pagou 87% mais pelo produto, o que permitiu a eliminação do intermediário na cadeia e, portanto, maiores ganhos para os extrativistas. Casos semelhantes, envolvendo processadores de castanha-do-Brasil, de borracha e indústrias de beleza, também poderiam ser contados. Empresas que buscam nessas relações e nos produtos das unidades de conservação, garantias de procedência e de manejo compatível com a conservação da natureza.

Embora ainda não tenhamos a mensuração exata dessa cadeia é possível vislumbrar sua importância nas diversas dimensões socioambientais: como fonte de renda para as populações tradicionais, que por sua vez, encontram na atividade recursos que permitem a manutenção de suas atividades em seu local de origem, exercendo o extrativismo de baixíssimo impacto; portanto conservando a floresta.

Por todos esses aspectos, diante da importância dessas áreas protegidas para o fornecimento de bens e serviços ambientais, uma das ações prioritárias da Coalização Pró Unidades de Conservação é incorporá-las como ativo e polos dinamizadores dos planos de desenvolvimento do país, inserindo-as no planejamento de setores chaves, desde a extração na floresta, o abastecimento da indústria, até o consumidor; com o reconhecimento e garantias necessárias à continuidade dos bens e serviços que vem prestando à sociedade.

*Roberto Palmieri é gerente de projetos no Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, entidade que integra a Coalizão Pró Unidades de Conservação. É mestre em ecologia aplicada pela USP e trabalha há 15 anos com projetos relacionados à sustentabilidade e desenvolvimento.